

**FACULDADE DE DIREITO DE VITÓRIA
CURSO DE GRADUAÇÃO DE DIREITO**

LUCAS CARDOSO RIBEIRO TEIXEIRA

**O ANTISEMITISMO ALÉM DA ALEMANHA NAZISTA:
UMA ANÁLISE AO ARTIGO 14 DA DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO PRINCÍPIO
DA IGUALDADE SOB À ÓTICA DO GOVERNO DE
GETÚLIO VARGAS**

VITÓRIA

2023

LUCAS CARDOSO RIBEIRO TEIXEIRA

**O ANTISEMITISMO ALÉM DA ALEMANHA NAZISTA:
UMA ANÁLISE AO ARTIGO 14 DA DECLARAÇÃO
UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E DO PRINCÍPIO
DA IGUALDADE SOB À ÓTICA DO GOVERNO DE
GETÚLIO VARGAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Graduação em
Direito pela Faculdade de Direito de Vitória –
FDV, como requisito básico para a conclusão
do Curso de Direito, Orientado pelo Prof.
Alexandre Maia.

VITÓRIA

2023

RESUMO

A guerra e seus efeitos sempre foi e sempre será uma pauta bastante vívida em nossa sociedade. No presente estudo, a guerra em questão será a Segunda Guerra Mundial, acompanhada de seus principais nomes e influências, aliados e possíveis países, como o Brasil, que de alguma forma, poderia estar seguindo princípios nazistas e descabidos. O objetivo aqui será avaliar se a era do governo de Getúlio Vargas influenciou de alguma forma uma incompatibilidade ou desrespeito à princípios constitucionais e artigos internacionais, mais especificamente o princípio da Igualdade e o artigo 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual afirma que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países” (Assembleia Geral da ONU. (1948). Ou seja, uma influência do comportamento político brasileiro futuro, em relação a uma norma positivada posteriormente ao governo de Vargas.

Palavras chave: Antissemitismo, Nazismo, Segunda Guerra Mundial, comunidade judaica, Adolf Hitler, Getúlio Vargas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 ANTISSEMITISMO	7
2.1 ANTISSEMITISMO HISTÓRICO.....	7
2.2 ANTISSEMITISMO ATUAL.....	9
3 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	12
4 ERA VARGAS	25
5 CONCLUSÃO	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Durante a história do mundo, a civilização foi testemunha de diversos momentos emblemáticos. Ao longo desse percurso, vivenciamos eventos, como os conflitos ao redor do globo, que até os dias de hoje possuem espaço nas discussões.

No que tange esses debates, há de se mencionar um dos mais famosos: a 2ª Guerra Mundial. O período mencionado, datado de 1939 até 1945, possui bastante destaque, pois, como será analisado em momento oportuno, se resumi em um conflito em escala global, que reuniu diferentes nações com enfoque total de todos os recursos para a guerra travada entre as potências mundiais da época.

Porém, as análises e opiniões não ficam somente no campo do que verifica-se naquele período, elas também visam os efeitos e desdobramentos que a guerra trouxe consigo.

Portanto, por conta dessa magnitude do momento histórico mencionado, a 2ª Guerra Mundial não será a única pauta de discussão no presente trabalho. Ela acaba por desaguar em diversos outros assuntos. Um desses temas é o chamado princípio da Igualdade, direito constitucional de extrema importância para as vidas de uma sociedade democrática.

Falando de maneira mais aprofundada, tem-se a comunidade judaica. Grupo de pessoas que foi extremamente perseguido, executado, aniquilado e injustiçado, no período da guerra mencionada. Os mesmos eram tratados de maneira diferentes dos outros, vistos como seres inferiores e culpados por vários problemas que pairavam sobre aquela sociedade.

Dessa forma, como será trazido futuramente pela presente pesquisa, os partidos nazistas agiam contra a comunidade judaica, e dessa forma, foram realizadas barbáries históricas contra eles, aos quais muitos tentavam fugir de seus países de origem, buscando asilo em outros países, para que os territórios dominados pelo nazismo não fossem mais a causa das perseguições e mortes diárias.

Porém, é necessário analisar se outros países, distantes, e com outras características, também possuíam comportamentos antissemitas, ao qual repudiava os judeus e tudo que os mesmos traziam com si, na época da 2ª Guerra Mundial.

No caso da presente pesquisa, o país analisado será o Brasil. Mais especificamente o governo de Getúlio Vargas (1930 – 1945).

Por conta de alguns efeitos ainda presentes mesmo com o fim da Guerra, e de se tentar criar mecanismos para que não houvessem mais guerras desse calibre, houve a confecção da chamada Declaração Universal dos Direitos Humanos. De maneira mais aprofundada, iremos analisar o art. 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, seu fundamento, e o respeito do Brasil para com o direito expresso pela ONU.

Portanto, a partir da análise das políticas públicas dos períodos de governo dos ex-presidentes no período de 1930 até 1945, afirmaremos se houve ou não práticas antissemitas perante os judeus que buscavam uma vida digna e tratamento igualitário novamente.

2. ANTISSEMITISMO

2.1 ANTISSEMITISMO HISTÓRICO

Durante a história do mundo, a civilização foi testemunha de diversos momentos marcantes. Ao longo desse percurso, vivenciamos eventos, como os conflitos ao redor do globo, motivados por expressões de ódio contra certos grupos, e que até os dias de hoje possuem espaço nas discussões e no nosso dia a dia.

No que tange esses discursos de ódio direcionado, há de se mencionar um dos mais famosos: o antissemitismo.

O antissemitismo é uma manifestação de preconceito contra povos semitas (principalmente árabes e hebreus), em especial o judeus. E essa manifestação muitas vezes se deu e ainda se dá em forma de perseguição e extermínio.

O conceito de Antissemitismo, adotado por 31 países membros da Aliança Internacional para a Memória do Holocausto (IHRA)

O antissemitismo é uma determinada percepção dos judeus, que se pode exprimir como ódio em relação aos judeus. Manifestações retóricas e físicas de antissemitismo são orientados contra indivíduos judeus e não judeus e/ou contra os seus bens, contra as instituições comunitárias e as instalações religiosas judaicas.

A alguns séculos atrás, mais especificamente no período medieval, as raízes cristãs eram bastantes pujantes e influenciadoras, ditando e moldando dessa forma, os comportamentos dos indivíduos que naquela sociedade se inseriam.

Por conta dessa conjuntura, as perseguições possuíam um viés religioso, ao qual os judeus eram submetidos a uma série de regras regidas pela própria igreja, que desaguava no corpo social, e resultava em conversão forçada ao cristianismo, exílio, morte ou escravidão.

Posteriormente, no período das Cruzadas, houveram mais perseguições e mortes dos judeus, por serem considerados indivíduos enviados para “destruir a fé”, como seres inferiores e pecadores.

Porém, quando se fala sobre antissemitismo, não podemos deixar de explorar o período da 2ª guerra. Nesse cenário (que será explorado com mais afinco posteriormente nesse trabalho), as causas das perseguições se deram por motivos bem diferentes das da época medieval, que se dava por explicações integralmente religiosas.

A ideia de “raça” para distinguir essa parte da população era usada para separá-los e apontar quais seriam os seres inferiores e degenerados, comparado aos outros não judeus. Podemos observar esse comportamento no presidente dos EUA no período anterior a Segunda Guerra, ao qual ele fala que

Concordo com o senhor se o que quer dizer, como suponho, é que a sociedade não tem porque permiti-tir que os degenerados se reproduzam. (Carta de Theodore Roosevelt ao biólogo eugenista Charles Benedict Davenport, 1913)

Durante o percurso da 2ª grande guerra, os ideais nazistas, liderados por Adolf Hitler, conseguiram reinar e ditar os comportamentos da sociedade daquele período, que resultou em um dos piores momentos da humanidade. Goldhagen, cientista político, expõe como era a visão da época.

O modelo cultural alemão subjacente sobre ‘o judeu’ (der Jude) era composto por três noções: o judeu era diferente do alemão, estava em oposição binária em relação ao alemão e não era benignamente diferente, mas malevolente e corrosivo. Fossem os judeus tomados enquanto uma religião, nação, grupo político ou raça, eram sempre um *Fremdkörper*, um corpo estranho na Alemanha. (GOLDHAGEN, 1997, p.66)

Para Hannah Arendt, muito se deu por uma ingenuidade política, ao qual os judeus

Foram também os últimos a perceber as circunstâncias que os arrastavam para o centro do conflito. Nunca, portanto, souberam avaliar o antissemitismo, nunca chegaram a reconhecer o momento em que a discriminação se transformava em argumento político. Durante mais de cem anos o antissemitismo havia, lenta e gradualmente, penetrado em quase todas as camadas sociais em quase todos os países europeus, até emergir como a única questão que podia unir a opinião pública. Foi simples como ocorreu

esse processo: cada classe social que entrava em conflito com o Estado virava antissemita, porque o único grupo que parecia representar o Estado, identificando-se com ele servilmente, eram os judeus (ARENDR, 1989, p. 45).

Diferentemente da época medieval, essas motivações, além de raciais, com ideais de “purificação”, também tinham caráter econômico. As crises presenciadas na época eram por muitos, resultados das atitudes dos judeus que naquele campo social existiam.

É o que afirma Hannah Arendt, quando ela expõe que

Para a Europa, desprovida de equilíbrio de poder entre as nações que a compunham, e carente de noções de solidariedade intereuropeia, o elemento judeu, intereuropeu e não nacional, tornou-se objeto de ódio, devido à sua riqueza inútil, e de desprezo, devido à sua falta de poder. (ARENDR, 1989, p. 35).

2.2 ANTISSEMITISMO ATUAL

Como exposto anteriormente, o antissemitismo se apresenta como um vírus social que perpassa século após século da história da humanidade. E atualmente, a situação se repete em vários lugares do mundo.

De acordo com pesquisa feita pela Universidade de Tel Aviv, em Israel, por meio do Anti-Semitism Worldwide Report 2021, por matéria trazida pela revista Veja, vários países não só continuam apresentando casos de antissemitismo, como também houve um aumento do número de crimes de ódio contra judeus em 2021.

A Universidade em questão afirmou que os Estados Unidos, maior comunidade de judeus fora de Israel, teve um aumento de quase o dobro de casos de 2020 para 2021.

In 2021, the NYPD recorded 214 anti-Jewish hate crime reports compared to 126 in 2020 and 252 in 2019.³ The LAPD recorded 79 anti-Jewish hate crime reports in the city of Los Angeles in 2021 compared to 40 in 2020 and 42 in 2019. ¹ (ANTISEMITISM WORLDWIDE REPORT, 2021, p. 5).

1. ¹ “Em 2021, o NYDP recordou 214 relatórios de crime de ódio contra judeus comparado com 126 em 2020 e 259 em 2019. O LAPD recordou 79 relatórios de crime de ódio contra judeus

A França, por sua vez, apresentou um aumento de 74% nos incidentes antissemitas, se comparados aos números de 2020². Outros locais como o Canadá e o Reino Unido apresentaram recordes nunca vistos anteriormente (A Austrália contabilizou 88 incidentes apenas em Maio, um recorde de casos nunca registrado antes).

In cooperation with the French Ministry of Interior, the Service de Protection de la Communauté Juive (SPJC) recorded 589 antisemitic incidents in 2021, a 74% increase from the 339 incidents recorded in 2020 and a 14.3% decrease from the 687 incidents recorded in 2019. ² (ANTISEMITISM WORLDWIDE REPORT, 2021, p. 7).

Por conta desses aumentos nos casos contra a comunidade judaica, uma das explicações seria uma reação aos confrontos entre israelitas e palestinos na faixa de gaza em 2021, ao qual nos mostra um embate de cunho territorial, que perpassa durando décadas.

Não só essa situação que justifica os aumentos e crimes observados, mas também o fenômeno das “fake news”, que apontaram a culpa acerca da proliferação da Covid-19, as quais afirmam que os judeus e Israel criaram e espalharam o vírus citado, para todos os países do globo.

Covid-19 days also saw the revival of old and vicious antisemitic allegations that Jews are responsible for and profit from a pandemic. A vegan chef and media personality, the TurkishGerman Attila Hildmann, popularized conspiracy theories through his Telegram channel. Hildmann expressed a variety of antisemitic views. He portrayed George Soros as a mastermind of the Covid-19 conspiracy and conducted mock polls suggesting that Zionists were among the financiers of the Holocaust and that Jews are “lying parasites”. (ANTISEMITISM WORLDWIDE REPORT, 2021, p. 35-36)

Como podemos observar, não só em períodos passados, mas também na conjuntura contemporânea, o povo judeu por muitas vezes se encaixa como “ bode expiatório”,

na cidade de Los Angeles em 2021 comparado com 40 em 2020 e 42 em 2019”. Tradução nossa.

2. “Em cooperação com o Ministro do Interior da França, o “ Service de Protection de la Communauté Juive (SPJC)” registrou 589 incidentes antissemitas em 2021, um aumento de 74% dos 339 incidentes registrados em 2020 e uma diminuição de 14.3% dos 687 incidentes recordados em 2019”. Tradução nossa.

como uma raça indigna, que espalha o mau e a desgraça. Como expõe a citação, onde influenciadores de má-fé criam narrativas de que os judeus são responsabilizados por questões de força maior, como a Covid-19, isso desagua em uma sistemática constante que denigre a imagem desse povo.

Por conta disso, nesse estudo será feito um recorde temporal, o qual irá analisar com mais atenção o período da 2ª Guerra Mundial e a influência dos ideais e ações contra o povo judeu, realizadas pelo partido nazista, no Brasil do mesmo período.

3 SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O período da Segunda Guerra Mundial foi um conflito de escala global que ocorreu entre 1939 a 1945, envolvendo basicamente todas as grandes potências da época, que se organizavam em duas alianças: os Aliados e o Eixo.

Primeiramente, temos Freud, que afirma que a guerra

Nos despe das camadas de cultura posteriormente acrescidas e faz de novo aparecer o homem primitivo em nós. Ela nos força novamente a ser heróis, que não conseguem crer na própria morte; ela nos assinala os estranhos como inimigos cuja morte se deve causar ou desejar; ela nos recomenda não considerar a morte de pessoas amadas. Mas a guerra não pode ser eliminada; enquanto as condições de existência dos povos forem tão diferentes, e tão fortes as aversões entre eles, há de haver guerras (FREUD, 2010, p. 246).

Ou seja, o autor afirma que as guerras surgem a partir do que se tem no corpo social. Nela, é necessário, para Freud, que os indivíduos apresentem atitudes e comportamentos neutros em relação à terceiros. Mesmo que esses sejam familiares amados ou inimigos declarados. Além disso, enquanto persistirem as desigualdades e aversão aos que são diferentes de você, não é possível eliminar as guerras. E a 2ª Guerra Mundial, acompanhada de seus grupos constitutivos não se difere.

O grupo denominado “Aliados” era formado principalmente pelo Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos, enquanto o “Eixo” era formado por Alemanha, Itália e Japão.

O estopim para tudo que veio a seguir e será analisado nesse estudo, se deu com a invasão da Polônia no dia 1 de setembro de 1939, após uma série de descontentamentos por parte da Alemanha, como por exemplo os resquícios da Primeira Guerra, juntamente com a assinatura do Tratado de Versalhes, que fez com que a Alemanha perdesse uma grande quantidade de colônias. Por conta disso, é possível afirmar que “[...] a Segunda Guerra Mundial nasceu das vitórias na primeira, e da forma pela qual foram usadas” (TAYLOR, 1979, p. 40).

A Segunda Guerra, como se sabe, começou “oficialmente” a 1º de setembro de 1939, com a invasão da Polônia ocidental pela Alemanha nazista, que derrotou não tão rapidamente quanto inicialmente pensado (pelos líderes alemães) a resistência militar polonesa: “Foi a primeira demonstração prática do novo estilo de guerra conhecido como Blitzkrieg. As forças armadas alemãs misturaram os ensinamentos táticos da Primeira Guerra Mundial com as novas tecnologias em veículos blindados, aviões de combate e comunicações por rádio para criar uma nova forma de guerra inter-armas. (COGGIOLA, 2015, p. 57).

Problemas financeiros na Europa também tiveram influência no conflito mundial citado, visto que a crise no capitalismo daquele período resultou no fascismo do político italiano Benito Mussolini, sendo uma das alternativas da direita para solucionar as dificuldades monetárias da sociedade europeia.

Ou seja, com essa ideia de que o coletivo faz a força, acompanhado de ilustrações altamente pensadas e imagens chamativas, que gera uma ideia de que esses movimentos é algo para todos, quem comanda essa massa adquire consigo um poder altamente elevado que se baseia na ideia nacionalista e transformativa, que se traduzia em ações políticas extremistas e radicais. Por conta disso, a Itália e Alemanha andavam lado a lado nesse período obscuro.

Nesse ambiente de instabilidade política e social, os resultados foram o surgimento de diversos movimentos extremistas e nacionalistas de extrema esquerda e direita. Os que se inclinavam para os ideais da primeira, eram de cunho comunista e os da segunda, de cunho fascista.

Por conta disso, a Itália, país que exalava movimentos fascistas, declarou guerra contra a Inglaterra e a França, pois via na Segunda Guerra Mundial uma chance de expandir seu território e influencia ao redor do globo. A África foi o continente visto como fonte desses objetivos, justamente porque Mussolini via o local como uma fonte de status e poder, sob a ideia de superioridade racial, além de que seriam uma fonte de exploração, destinada para o crescimento interno italiano.

Benito Mussolini havia declarado guerra contra a Inglaterra e a França duas semanas após os exércitos destas nações terem saído de Dunquerque em junho de 1940, convocando todos os soldados que a Itália tinha na Líbia, um total de 220.000, para iniciar um combate contra os britânicos no Egito e capturar do Canal de Suez. (COGGIOLA, 2015, p. 63).

Porém, o país que mais se destaca nesse cenário de guerra é justamente a Alemanha. O país germânico, que foi um dos grandes aliados da Itália na maior parte da guerra, foi o maior destaque negativo em todo o curso desse período.

O fascismo, como já foi dito, teve grande apoio das massas locais, já que transmitia um caráter nacionalista e antissocialista, e, por conta disso, a ideia de que os nacionais juntos conseguiriam prosperar e vencer crises financeiras estava a flor da pele naquela sociedade.

Por conta desse fervor, não foi difícil observar que outros movimentos radicais, constituídos em partidos políticos oficiais tomassem o poder com o apoio dessas massas movidas pela ideia de progresso, lucro e orgulho nacional. Porém, foi justamente esse pensamento que causou um dos períodos mais depressivos da história da humanidade.

Quando se fala desses partidos políticos do período da segunda guerra, é necessário trazer o principal: o partido Nazista.

O nazismo foi uma ideologia político-social que surgiu na Alemanha e era liderada por Adolf Hitler. O mesmo, que será muito citado nesse estudo, nasceu em 20 de abril de 1889, em uma cidade chamada Braunau Am Inn, Áustria, e morreu em 30 de abril de 1945. Hitler cresceu em um ambiente estável, cercado por seu pai, Alois Hitler, e sua mãe, Klara Hitler.

Quando Adolf nasceu, Alois já tinha uma situação financeira relativamente confortável. Sua renda era sólida, bem maior do que a de um diretor de escola primária. [...]Em termos materiais, portanto, a família Hitler levava uma confortável existência de classe média. (KERSHAW, 2010, p. 37).

Mesmo com uma vida como de qualquer outro jovem europeu de boa condição financeira, foi no seu desabrochar político que o mesmo trouxe consigo preconceitos e crenças extremamente xenofóbicas e extremistas, inflamadas pela agitação popular intensa e “necessidade” de poder.

O político nazista é conhecido até hoje pelo alto grau de persuasão e convencimento, tendo sido um influenciador nato que sabia dizer o que os outros queriam ouvir. Um agitador político que viu a possibilidade de crescer em seu meio, com o apoio daqueles que permitiriam que o mesmo botasse suas ideias em prática e se satisfizesse politicamente e pessoalmente.

Seja por instinto, ou por reflexão, Hitler adquiriu aguda compreensão. Dessas verdades estratégicas, que raros soldados têm reconhecido. Aplicou o instrumento psicológico de sua estratégia, amplamente, na campanha política com que conquistou o controle da Alemanha, explorando os pontos fracos da República de Weimar, jogando com as fraquezas humanas, lançando, alternativamente, os interesses capitalistas e socialistas uns contra os outros, parecendo tomar uma direção para enveredar por outra, de modo à aproximar-se de seu objetivo por passos sucessivos e indiretos. (LIDDELL, 1963, p. 278).

Com sua capacidade de oratória que se destacava, o partido nazista foi crescendo mundialmente e ganhando novos adeptos. Por conta disso, os apoiadores esperavam ouvir aquilo que os confortaria e resolveria seus problemas de alguma forma, mesmo que fosse algo absurdo e desumano, passando por cima dos considerados inimigos.

Assim a teoria de guerra de Hitler baseava-se no emprego das armas psicológicas. Aqueles que tentaram enfrentá-lo deveriam ter tido o cuidado de compreender isso, pois o valor de sua aplicação no campo militar ficou inteiramente provado. Paralisar o sistema nervoso do inimigo é operação muito mais econômica do que golpear sua carne. Entretanto sua aplicação isolada, no campo político, só obteve resultados satisfatórios quanto aos efeitos obtidos e não quanto ao conteúdo. É discutível que Hitler tivesse conseguido êxito na desmoralização da resistência inimiga sem o efeito paralisante ocasionado pelas forças militares do novo tipo, empregando novos processos de combate. (LIDDELL, 1963, p. 286).

E foi nesse cenário bastante suscetível ao domínio mental, que Adolf Hitler e seu partido nazista começaram a expandir seus preconceitos doentios aniquiladores mascarados de preconceitos doentios aniquiladores lucrativos, expansionistas e de resolução em massa de problemas financeiros, por meio da propaganda.

Quaisquer que tenham sido os limites de sua percepção Hitler, pelo menos, ultrapassou certas fronteiras convencionais. Rauschning cita-o como tendo dito: "O povo só mata quando não pode atingir seus objetivos por outros meios...Existe uma estratégia mais ampla, a que emprega armas intelectuais... Por que haveria de desmoralizar o inimigo com meios militares se o posso fazer melhor e mais barato com outros meios?". "Nossa estratégia consiste em destruir o inimigo por dentro e conquistá-lo, utilizando os recursos de que ele próprio dispõe." (LIDDELL, 1963, p. 273).

A ideia de vencer e prosperar em cima de quem era visto como um peso na sociedade era extremamente claro e direto, Hitler, como exposto pelo autor citado, deu aos seus aliados um "caminho" para chegar a esse sucesso nacionalista, e não foi impedido por outros políticos e países mesmo expondo seus ideais de maneira cristalina, se apoiando na retorica e fervor/indignação social. Como expõe Lidell

Talvez nada pareça mais estranho ao historiador do futuro do que apreciar como os governos das democracias deixaram de prever a linha de ação que Hitler deveria seguir. Jamais um homem, de tão grande ambição, revelou previamente, de modo tão claro, não só o processo geral, como os métodos particulares, que iria empregar em seus desígnios. "Mein Kampf", juntamente com seus discursos e outros pronunciamentos semelhantes, oferece abundantes indícios sobre a orientação e sequência de suas realizações. Essa auto-revelação, espantosamente clara, de como funcionava sua imaginação, é a prova mais evidente de que suas realizações não foram fruto do acaso, nem de mero oportunismo, porém uma confirmação cristalina do proverbial ditado: "Como são tolos os homens". Nem mesmo Napoleão demonstrou tão desdenhoso menosprezo por seus adversários e pelos riscos de revelar suas intenções. O aparente descuido de Hitler, nesse sentido, mostrou que os homens deixam facilmente de perceber o que está diretamente sob suas vistas; que um disfarce pode ser encontrado facilmente no óbvio; que, em alguns casos, uma ação direta pode tornar-se a linha de ação menos esperada e que, finalmente, a arte do segredo consiste em se ser tão franco, na apreciação da maioria das coisas, que as poucas coisas, que realmente têm importância, não trazem sobre elas qualquer destaque especial. (LIDDELL, 1963, p. 271-272).

A questão é que, nesse período, diversos indivíduos concordavam com a ideologia nazista. A força da propaganda que esse grupo político possuía conseguia chegar não só na Alemanha, ela se expandiu para outros países da Europa.

Portanto, essa propaganda não era algo fora dos planos políticos de Hitler, era definida e articulada justamente para conseguir o maior número de adeptos possíveis. Como afirma Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Hitler:

[...] A propaganda deve, portanto, ser sempre essencialmente simples e repetida. Afinal de contas, obterá resultados básicos, no sentido de influenciar a opinião pública, aquele que puder reduzir à sua expressão mais simples, e que tenha a coragem de persistir em apresentá-los sempre na sua forma simplificada, apesar das objeções intelectuais. (GOEBBELS, 1942, p. 59)

Ou seja, eles tinham o domínio de como persuadir a opinião pública, por meio de uma propaganda simples e repetida, pois dessa forma se apresenta como uma ideia

simples. A partir disso, foi só implementar os ideais no corpo social, o qual eles realizaram os extermínios históricos, sem a intervenção dessas massas irracionais.

Multidões que são capazes apenas de pensar em imagens, são apenas impressionados por imagens. Apenas as imagens que os amedrontam ou atraem, e se tornam motivos de ação. Por essa razão as representações teatrais, em que as imagens são exibidas em sua forma mais clara, sempre possuem uma enorme influência nas multidões. O pão e os shows espetaculares para os plebeus da Roma antiga constituíam-se no ideal de felicidade, e eles não pediam por mais nada. Através dos tempos esse ideal pouco se modificou. Nada tem maior efeito na imaginação das multidões do todos os níveis do que as representações teatrais. Todos os espectadores sentem as mesmo tempo as mesmas emoções, e se essas emoções não são transformadas em atos, é porque o espectador mais inconsciente não consegue ignorar que ele é uma vítima de ilusões, e que ele gargalhou ou chorou de aventuras imaginárias. Algumas vezes, entretanto, os sentimentos insinuados pelas imagens são tão fortes que eles tendem, como as insinuações habituais, a se transformarem em atos. (LE BON, 1896, p.58)

E essas massas eram justamente governadas pelo sentimento, algo irracional e instintivo. Elas não tem capacidade de observar e tomar decisões racionais acerca de questões politico-social, como afirma o autor em questão.

Por conta disso, é imprescindível conhecer quais os ideais que se passavam pela cabeça do líder nazista e de seus aliados que foram utilizados. Primeiramente, temos que trazer o autoritarismo promovido pelo governo de Hitler.

O cientista social Carlton Hayes, citado por Jesse (1996, p. 13), definiu o totalitarismo:

[O totalitarismo] monopoliza todo o poder, se sustenta nas massas, lança mão de novos meios de propaganda, exerce uma grande força de fascinação através de sua fé missionária, tem desenvolvido um sistema moderno de métodos e técnicas, utiliza o poder não apenas como meio para se alcançar os fins, e representa uma revolta contra a cultura histórica do Ocidente.

E era com esse modelo de regime que Hitler começou a ter controle absoluto sobre todos os aspectos da vida pública e privada da população. O mesmo não permitia a voz da oposição ou de qualquer um que fosse contra seu partido, suas falas e ações. Com o apoio dessas massas, as mesmas auxiliavam o líder nazista a manter o controle total, não havendo muitas rebeliões no período que se vale mencionar.

Nas décadas imediatamente posteriores ao término da Segunda Guerra Mundial, prevaleceu o consenso de que a Alemanha nazista era um Estado policial. Seu vasto e abrangente aparato de vigilância e controle permitia ao cidadão individual pouca liberdade de pensamento e restrita liberdade de ação. A noção de que a principal característica do Terceiro Reich era a destruição total das liberdades civis e o jugo da lei - no que o cientista político alemão Karl Dietrich Bracher chamou de "ditadura alemã" em seu clássico livro de mesmo título - andava de mãos dadas com uma ênfase hierárquica "de cima para baixo" na natureza do processo de tomada de decisões do regime nazista, situando Hitler em seu centro no que viria a ser conhecido como enfoque "intencionalista" do estudo das diretrizes políticas nazistas, de acordo com o qual as coisas aconteciam porque o líder nazista queria que acontecessem. A partir da década de 1960, todavia, essa interpretação começou a ser deixada de lado, à medida que novas gerações de historiadores começaram a explorar as contradições internas e as instabilidades do sistema de governo do Terceiro Reich. Histórias locais e regionais revelaram uma variedade de atitudes populares ampla e cambiável no que dizia respeito ao Terceiro Reich e suas diretrizes políticas. Essa pesquisa enfatizou por implicação a relativa liberdade de escolha dos alemães comuns de resistir ou não resistir, e assim restaurou um elemento de voluntarismo na relação desses alemães com o regime nazista. (EVANS, 2018, p. 157-158)

Além do autoritarismo marcante da figura nazista, tem-se também a ideia entrelaçada do militarismo. A guerra era algo visto pelos nazistas como um caminho digno e eficiente para atingir os objetivos, pois demonstrava a superioridade deles sobre os "perdedores". Por conta disso, a necessidade e o investimento na militarização alemã eram vistas com bons olhos. Soldados selecionados e treinados que seguiam a Hitler de maneira cega, a ponto de entregar sua vida pelo líder nazista e, conseqüentemente, em prol da nação.

O culto à guerra e ao militarismo era algo que, para o partido nazista, edificava a sociedade. Ou seja, a disciplina dos militares, a força e imagem de seus soldados, era visto como o melhor meio para fortalecer a nação de Hitler.

Muitos historiadores tentaram responder a essas perguntas ao longo dos anos desde que o regime nazista entrou em colapso em 1945. Em busca de resposta, explicações mais antigas recorreram a estereótipos do caráter nacional alemão – militarismo, amor à violência, disposição de obedecer a autoridades, desejo de uma liderança firme e forte e de uma mão de ferro, passividade civil e clichês similares e de validade duvidosa. Mais recentemente, alguns historiadores argumentaram que a propaganda teve papel decisivo para, por meio de um efeito de nacionalismo exacerbado, mobilizar e aglutinar os alemães em torno da causa nazista" (EVANS, 2018, p. 208)

E como causa nazista, como Richard Evans cita, é importante analisarmos a ideia da supremacia ariana.

A Alemanha, declarou Hitler em *Minha luta*, seu tratado autobiográfico escrito em meados da década de 1920, “ou seria uma potência mundial ou deixaria de existir”. Tão logo alcançou a hegemonia na Europa, Hitler renunciou em seu inédito Segundo livro, a Alemanha entraria em uma luta por poder com os Estados Unidos, pela dominação mundial. A fim de atingir isso, os alemães, que Hitler equiparava à raça “ariana”, teriam de lidar com seus aqui-inimigos, os judeus, que as paranoias políticas de Hitler retratavam como agentes engajados em uma conspiração global para corromper a civilização alemã. (EVANS, 2018, p. 423)

A supremacia ariana é algo central para Hitler, pois os considerava um raça superior. Os ditos arianos possuíam características específicas para essa opinião que não possui nenhum tipo de embasamento científico ou histórico feito. Eles seriam pessoas de cabelos loiros, olhos claros e de alta estatura.

Esse conceito criado pelos nazistas era uma visão extremamente distorcida e impulsionada por preconceitos raciais já existentes. Por consequência, todos os outros grupos sociais foram vistos como inferiores e não só desnecessários, mas que deveriam ser aniquilados.

Dentre esses grupos estavam os homossexuais, que para os nazistas traziam uma ideia de promiscuidade e sem capacidade de dar continuidade à raça ariana; os ciganos, que também ameaçavam “pureza” da raça ariana, ou seja, mais um grupo indesejado na sociedade alemã; as pessoas com deficiência também foram muito perseguidas, pois para Hitler, a ideia de reproduzir novas pessoas com deficiência prejudicaria a sua nova sociedade em construção, visto que não correspondia as características da raça ariana.

Por fim, temos os judeus, aqueles que foram extremamente perseguidos e executados, pois também não condiziam com os ideias do povo ariano.

Na Alemanha e na Itália, e ainda nos países europeus ocupados pelo Eixo, a perseguição política, ideológica e racial, recrudesciu. Viveu-se na Europa toda uma contrarrevolução cultural: “A partir da ascensão ao poder de Hitler houve um êxodo em grande escala desde a Alemanha e, depois, em grau menor, desde França e Itália, Áustria ou Hungria. (COGGIOLA, 2015, p. 64)

No que tange as ideologias presentes naquele período, a de maior destaque seria a perseguição antissemita. A comunidade judaica estava mundialmente abalada, onde vários países não queriam que judeus estivessem caminhando nas mesmas ruas e morando nos mesmos bairros que aqueles que não representavam o povo judeu.

É possível observar tal afirmativa em algumas passagens do “Diário de Anne Frank”, livro escrito por Anne Frank, que mostra como seria estar na pele de uma pessoa judia naquele período.

O resto de nossa família, entretanto, sofreu todo o impacto das leis anti-semitas de Hitler, enchendo nossa vida de angústias. Em 1938, depois dos pogroms, meus dois tios (irmãos de minha mãe) fugiram para os Estados Unidos. Minha avó, já contando setenta e três anos, veio morar conosco. Depois de maio de 1940, os bons tempos se acabaram: primeiro a guerra, depois a capitulação, seguida da chegada dos alemães. Foi então que, realmente, principiaram os sofrimentos dos judeus. Decretos anti-semitas surgiam, uns após outros, em rápida sucessão. Os judeus tinham de usar, bem à vista, uma estrela amarela; os judeus tinham de entregar suas bicicletas; os judeus não podiam andar de bonde; os judeus não podiam dirigir automóveis. Só lhes era permitido fazer compras das três às cinco e, mesmo assim, apenas em lojas que tivessem uma placa com os dizeres: loja israelita. Os judeus eram obrigados a se recolher a suas casas às oito da noite, e, depois dessa hora, não podiam sentarse nem mesmo em seus próprios jardins. Os judeus não podiam freqüentar teatros, cinemas e outros locais de diversão. Os judeus não podiam praticar esportes publicamente. Piscinas, quadras de tênis, campos de hóquei e outros locais para a prática de esportes eram-lhes terminantemente proibidos. Os judeus não podiam visitar os cristãos. Só podiam freqüentar escolas judias, sofrendo ainda uma série de restrições semelhantes. (FRANK, 2000, p. 8)

Em seu diário, é possível observar claramente as perseguições que o povo judeu estava tendo que lidar. As expulsões e restrições que os mesmos estavam vivenciando era visualizada por uma jovem menina que não tinha total noção dos objetivos nazistas que comandavam naquele período.

A fuga ou “se esconder para evitar a própria morte”, virou uma preocupação diária daqueles que não eram mais tratados como indivíduos de direito daquela sociedade. É possível observar essa afirmação em outras partes do livro:

Há dias, quando caminhávamos pela pracinha, papai falou pela primeira vez em nos escondermos. Perguntei-lhe por que falava nisso. — Bem, Anne — respondeu ele —, você sabe que há mais de um ano estamos transportando víveres, roupas e mobília para a casa dos outros; não queremos que os alemães nos apreendam os haveres e muito menos que nos deitem as garras em cima. O melhor será desaparecermos por nossa própria conta, em vez de esperar que nos venham buscar. (FRANK, 2000, p. 14)

Portanto, a partir das citações trazidas, era claro o desrespeito com essas pessoas, os tratando como sub espécie humana, pelo simples fato de terem suas particularidades.

Por conta dessa perseguição sistemática com os judeus, o mundo foi testemunha de um dos maiores genocídios da história, ao qual mais de 6 milhões de judeus foram perseguidos, capturados e executados por resultado das ações nazistas.

O genocídio mencionado ficou conhecido como holocausto, totalmente baseado no antissemitismo, que se apoiava em um sistema governamental repleto de ferramentas e aliados para exterminar o maior número de judeus possível.

Talvez a mudança mais extraordinária que veio à tona na historiografia sobre a Alemanha nazista desde o final do século XX tem sido o crescente entrelaçamento de história e memória. Agora é quase impossível escrever sobre o Terceiro Reich no período de sua existência, os anos de 1933 a 1945, sem pensar também em como a sua memória sobreviveu, amiúde de maneiras complexas e surpreendentes, nos anos do pós-guerra. Os ensaios deste livro examinam o modo como prósperos homens de negócios e destacadas empresas industriais que se envolveram nos crimes do nazismo tentaram, após a guerra, abafar a memória de sua participação – e por vezes tratava-se de um envolvimento até o pescoço. Quase sempre a transformação da memória assumiu estranhas formas, a exemplo da apropriação, por parte dos mexicanos, do Volkswagen Fusca, originalmente o carro nazista da “Força por meio da Alegria”, como um ícone nacional de fins do século XX. Vez por outra, porém, a crescente necessidade de confrontar os malfeitos do nazismo e desmascarar a cumplicidade e a culpa dos que deles participaram levou a condenações brutais e generalizantes, em pontos e aspectos que deveriam ser alvo do escrutínio de historiadores para que fizessem importantes distinções e separassem o joio do trigo. A descoberta de que um abastado empresário ocultava suas atividades no Terceiro Reich levou a exageradíssimas e portentosas ilações sobre seu comprometimento nos piores crimes de guerra perpetrados pelo regime; a revelação, após décadas de meticulosos disfarces e encobrimentos da verdade, do papel desempenhado por diplomatas profissionais no desenvolvimento da política externa nazista resultou em acusações infundadas de que eles de fato arquitetaram e conduziram o extermínio dos judeus, ao invés da ideia de que atuaram meramente como facilitadores do Holocausto (o que por si é gravíssimo, mas não é a mesma coisa, além de configurar uma tese que implicitamente isenta os verdadeiros culpados). (EVANS, 2018, p. 12-13)

Além disso, os números são algo que assusta até os dias de hoje, devido ao extermínio em grande escala no período, resultando na morte de quase 2/3 dos judeus presentes na Europa.

A ideia da insanidade de Hitler era algo em que os alemães acabaram acreditando durante os últimos estágios da guerra, e por algum tempo depois, principalmente como maneira de se eximir da responsabilidade pelas ações do Führer. Se tivessem conhecimento em 1932, quando votaram nele aos milhões, do que acabaram por saber dez anos depois, certamente teriam mudado o voto, alegavam; não era culpa deles que 6 milhões de judeus tinham sido assassinados, incontáveis soviéticos e um sem-número de outros soldados e civis perderam a vida, cidades alemãs foram devastadas e a Alemanha que eles conheceram acabou destruída para todo o sempre; a culpa era do Führer. (EVANS, 2018, p. 249-250)

E diversas foram as formas que esses 6 milhões de mortos foi atingido. Para serem discriminados, isolados e também mortos, os nazistas adotaram uma série de medidas. Uma delas era obriga-los a usar a estrela de Davi na costura da roupa, a partir de 1941. Isso permitia que fossem facilmente identificados. A partir disso, vários estabelecimentos poderiam barra-los e os nazistas conseguiriam captura-los apenas olhando característica de vestimenta.

O destino dos judeus foi selado em 17 de setembro de 1941: nesse dia, Hitler realizou uma reunião com Ribbentrop. Imediatamente antes da reunião, Hitler emitiu a ordem de deportação dos judeus – que havia pouco tinham sido obrigados a cumprir a regra de usar a “estrela judaica” – para o Leste. (EVANS, 2018, p. 465-466)

Além desse método de fácil identificação, outro utilizado era o chamado “cartão de identificação judaica”, que consistia em um tipo de identificação específica para esse povo, com suas informações detalhadas.

Por conta desses filtros promovidos pelo partido nazista, foi possível separar a comunidade judaica do resto da população. Tal resultado não foi difícil visto que a identificação foi bastante eficiente e, como citado anteriormente, o partido possuía apoiadores em toda o território, de todos os tipos.

E essa separação física se deu por meio dos guetos, aos quais os nazistas escolheram lugares afastados das cidades, onde obrigaram os judeus a viver no leste.

Dessa forma, eles organizavam e concentravam a comunidade judaica, para assim, leva-los a destinação final.

Em outubro de 1941 as autoridades nazistas começaram a deportação para o leste de judeus de Berlim, Praga, Viena e outras cidades das Potências Centrais, enviando-os para guetos onde já se aglomeravam milhares de judeus poloneses e da Europa Oriental, que para lá tinham sido obrigados a se mudar e onde viviam em condições cada vez mais degradantes. (EVANS, 2018, p. 509)

E essas condições degradantes se davam de diversas formas. Uma delas era a superlotação e falta de infraestrutura para suportar todos esses indivíduos judeus. Famílias eram empilhadas e forçadas a viver no mesmo espaço que outras. A falta de recursos básicos também era algo recorrente, visto que estamos analisando um governo que via essa parte da população como subespécie.

Por conta disso, não haviam suprimentos para todos ali presentes, resultando em desnutrições e qualidade péssima de vida.

Mesmo que já posicionados nos guetos e em outros locais sob a vigia dos membros do governo de Hitler, a destinação final eram os campos de concentração.

Mas somente os alemães introduziram os campos de concentração, deram-lhes esse nome específico e, de maneira deliberada, criaram condições tão severas e cruéis que seu propósito era claramente duplo: tanto exterminar seus inimigos quanto forçá-los ao trabalho escravo (caberia aos nazistas cunhar o apavorante termo “extermínio mediante o trabalho forçado”, mas o efeito era o mesmo). (EVANS, 2018, p. 24)

Essa convicção estendia-se também aos ciganos da Alemanha e da Europa, que foram detidos aos milhares e levados para campos de concentração ou terminaram nas câmaras de gás de Auschwitz. Era significativo que, no sistema de classificação aplicado pela SS aos prisioneiros dos campos de concentração, os ciganos fossem maciçamente registrados como “associados” e obrigados a usar o triângulo preto reservado aos mendigos, andarilhos, alcoólatras e outros que se desviavam das normas comportamentais do nazismo. Mais de 20 mil deles morreram somente em Auschwitz, três quartos dos quais de doença e desnutrição. (EVANS, 2018, p. 624)

Como exposto, quem era levado aos campos de concentração, praticamente já tinha sua morte com local definido. Diversas foram as formas que os judeus e outros grupos foram executados ou deixados para morrer por consequência das condições sub-humanas. Uma delas, e muito famosa, eram as câmaras de gás, as quais Auschwitz-

Birkenau, Treblinka, Sobibor e outros campos de extermínio possuíam em suas instalações. As vítimas eram levadas para dentro da câmara e tinham contato com gás mostarda, por exemplo, e acabavam morrendo por asfixia. Logo após, seus corpos eram descartados e/ou incinerados pelos soldados presentes.

Fuzilamentos aos quais os soldados de Hitler recebiam ordens para executar ou pela simples vontade também tirou muitas vidas dessa povo. Fome, maus tratos, doenças e formas de experiências abomináveis devem estar também no conhecido do mundo em que vivemos, visto que a vida desses mais de 6 milhões da comunidade judaica não foram em vão.

Enquanto os trabalhadores em regime servil no contíguo campo de trabalhos forçados da IG Farben em Monowitz e nos dois campos de Auschwitz sucumbiam a doenças causadas por desnutrição, febre maculosa transmitida por fezes de piolhos, espancamentos, fuzilamento e intoxicação por gás, duzentos habitantes alemães da nova cidade celebravam o AnoNovo no pub Ratshof, na praça central da cidade, empanturrando-se de fígado de ganso, aspic (geleia de carne) de carpa, roulade de lebre assada e panquecas, e entornavam inúmeras garrafas de espumante alemão. (EVANS, 2018, p. 680)

Devido a tais barbáries presentes nesse período obscuro da Alemanha, temos que saber a extensão desses ideais e pensamentos, acompanhados de ações de outras localidades do globo. Por consequência, analisaremos o governo brasileiro desse período da Segunda Guerra Mundial, e de seus anos seguintes após seu fim.

4 ERA VARGAS

No mesmo período em que o mundo estava vivenciando a Segunda Guerra Mundial, o Brasil era governado por Getúlio Dornelles Vargas. O então presidente nasceu em 19 de abril de 1882, em São Borja, no Rio Grande do Sul, e faleceu em 24 de agosto de 1954, no Rio de Janeiro.

O político gaúcho esteve à frente do país por quase 20 anos. O primeiro período durou 15 anos, de 1930 a 1945, e foi dividido em três fases. A primeira foi de 1930 a 1934, quando Vargas atuou como chefe do chamado "Governo Provisório". Em seguida, de 1934 a 1937, ele se tornou presidente da república durante o "Governo Constitucional", tendo sido eleito presidente pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Por último, de 1937 a 1945, Vargas atuou como ditador, durante o período conhecido como Estado Novo, que foi estabelecido após um golpe de Estado.

Nessa fase de governo varguista, um dos objetivos visados era o de tornar o Estado brasileiro independente economicamente. Ou seja, para fortalecer e estabelecer a economia do Brasil no âmbito mundial, Vargas passou a acreditar que a presença do Estado de maneira mais intensa e de interferência seria eficaz para chegar ao objetivo. Para isso, foi necessário a mudança de estrutura interna para isso acontecer, como afirma Iglesias

Outra nota de destaque era a preocupação do governo Vargas de implantar uma nova estrutura administrativa para enfrentar a mudança econômica. Os antigos ministérios, com suas repartições, tornavam-se insuficientes. O Estado Novo aumentou o número de órgãos, dando mais funcionalidade a máquina administrativa, com a criação de órgãos de assistência técnica e de incentivos a atividades específicas. (IGLESIAS, 2004, p. 78).

Por consequência, o Estado se apresentou de maneira mais autoritário e centralizado, condizente e alinhando o poder nas mãos de Vargas. Por conta disso, houve um investimento e foco voltado ao setor industrial do país, que estimulava a criação de empresas estatais e o consumo nacional. Um exemplo dessas ações foi a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que tinha o intuito de impulsionar a economia nacional.

Para acompanhar, alinhados pela figura carismática do atual presidente, o Brasil se viu como uma nação extremamente nacionalista, onde se exaltava símbolos e referências de cunho nacional. Ou seja, havia-se uma carga de preservação da imagem brasileira muito grande, onde o que importava era o Brasil e seu aspecto econômico.

Porém, quando se trata do viés social, relacionado a quem vivia ou gostaria de viver no Brasil, a discussão é vívida até os dias de hoje, com certos materiais não explorados ainda, como afirma a professora Maria Luiza Tucci Carneiro

Nesse sentido, o “fazer história” exige, dos mais sensatos, agudez de espírito, sagacidade, perspicácia e um mergulho profundo nos arquivos da memória muitas vezes lacrados pelos “guardiães oficiais” e engessados pelas leis de acesso à informação. Enfim, para conseguir desembaraçar os fios da história, os pesquisadores têm que se transformar em militantes das liberdades de informação e de expressão, indícios de sentimentos ou de caráter. Devem, numa sequência, constranger a evidência, a partir da regulação das provas, tendo em vista o aprimoramento da verdade em todas as suas dimensões. (CARNEIRO, 2012, p. 80-81)

Por conta disso, é importante analisar o que era dito e o que realmente era feito por membros do governo, para se constatar se houve incoerência.

Getúlio Vargas sempre foi visto como “salvador da nação” e o Brasil de seu governo como um país receptivo e cordial, que abraçava todos os cidadãos do mundo, independentemente da religião. De acordo com o governo brasileiro, durante o período de 1933 a 1948, o mesmo teria direcionado recursos para resgatar os judeus perseguidos pelos nazistas, buscando preservar sua reputação como uma nação acolhedora, amigável e humanitária perante a Liga das Nações, ainda sendo influenciado pela imagem de cordialidade Varguista, mesmo após a sua saída.

Porém, contradizendo toda a imagem que o governo tinha como objetivo passar para o resto do mundo, a história real e escondida mostra-se completamente diferente. Naquele período, a ideia do imigrante parecia estar ligado à ideia de judeu indesejável, ao qual era diferente, preguiçoso e que estava sendo perseguido por algum motivo plausível.

Como afirma Pedro Rocha, delegado comercial em Varsóvia, com seu pensamento extremamente preconceituoso sobre sua concepção sobre a "raça judaica", a pedido do diplomata Jorge Latour, com o intuito de fornecer informações ao Ministério das Relações Exteriores.

Raça inassimilável e egoísta. Ingrata, sem patriotismo e altamente prejudicial ao país que a abriga. Psicologicamente degenerada. Estupidamente intolerante em matéria religiosa. Considera inimiga o resto da humanidade. Os indivíduos não se adaptam a nenhum trabalho produtivo...São comerciantes, usuários ou servem de intermediários para qualquer negócio. Vivendo exclusivamente da exploração do próximo é desumano e sem escrúpulo. Procuram sempre as cidades onde se aglomeram em bairros imundos, sem higiene, passando a maior parte do tempo, como todos os sedentários, em intermináveis discussões sobre temas religiosos ou comerciais. Quase todos são comunistas militantes ou simpatizantes do credo vermelho. (Carta de Pedro Rocha, delegado comercial, para Jorge Latour, encarregado de Negócios do Brasil. Varsóvia, 15.10.1936, op.cit).

Ou seja, de acordo com Pedro Rocha, um povo "sanguessuga", que não tem capacidade laborativa e nem procura se esforçar, visto que é de sua índole e de nascença. Viriam para o Brasil apenas para se aproveitar de quem pudessem, como faziam no país em que nasceram.

Por conta disso, o governo criou as chamadas "circulares secretas", que seriam instruções e posicionamentos de membros do governo, para outros membros do governo, que não eram publicadas para a população ver. No que tange a povo judeu, essas circulares existiam para ministros, chanceleres, entre outros funcionários de alto escalão, expor como esses indivíduos funcionavam, suas características, entre outras visões preconceituosas.

Mário Pimentel Brandão, que na época era ministro de Estado das Relações Exteriores, tinha plena convicção que a comunidade judaica chegava com documentos falsificados, como o mesmo afirma em uma circular secreta

(...) todos visam burlar a vigilância de nossas autoridades e radicarem-se clandestinamente e definitivamente nos núcleos urbanos e populosos do país, para numa inadmissível concorrência ao comércio local e ao trabalhador nacional, absorverem uma parte de nossa riqueza, quando, além disso, não se entregarem a propaganda de ideias dissolventes e subversivas. (BRASIL, Circular Secreta 1.127, de 7.6.1937. Emitida pelo Ministério de Relações Exteriores para as Missões Diplomáticas Brasileiras e Consulados de Carreira. In maço n 29.655. A.H.I).

Além disso, quando o assunto era permitir ou não que judeus entrassem no Brasil, o mesmo expõe que o impedimento era a única resposta

Fica recusado visto no passaporte a toda pessoa de que se saiba, ou por declaração própria (folha de identidade), ou qualquer outro meio de informação seguro, que é de origem étnica semítica. No caso de haver apenas “suspeitas”, recomenda-se às autoridades ‘retardar a concessão do visto, até que, por meios de investigação eficientes...’ consigam esclarecer a dúvida e chegar a uma decisão final. (BRASIL, Circular Secreta 1.127, de 7.6.1937. Emitida pelo Ministério de Relações Exteriores para as Missões Diplomáticas Brasileiras e Consulados de Carreira. In maço n 29.655. A.H.I)

Tais opiniões descabidas em forma de informativos tiveram efeitos nítidos em nossa sociedade. Como afirma Lesser (1995), o número de imigrantes judeus teve uma diminuição considerável, sendo o ano de 1938 o mais baixo da década, o qual aceitou 530 refugiados, em comparação com 2003 do ano anterior.

Por conta disso, observa-se que essas circulares seriam maneiras de eliminar brechas em nossa política emigratória, evitando que os judeus estivessem entre o povo brasileiro, sendo deixado à mercê dos aliados nazistas, para que fossem executados ou trancafiados. Membros da embaixada e do consulado não só não se importavam, como desejam o mal desse povo.

Como afirma Tucci Carneiro

(...) falar sobre a política imigratória relacionada aos judeus sob o governo Vargas significa extrapolar as fronteiras brasileiras, deixando-se rolar para o além-mar, penetrando porta adentro de nossas embaixadas e consulados no exterior, testemunhas do totalitarismo e do imperialismo alemão e do desespero daqueles que queriam emigrar para o Brasil, tendo um exército nazista nos seus calcanhares. (CARNEIRO, 1988, P. 23)

Outra situação que evidencia tais situações, foi uma circular secreta feita em julho de 1938, a qual o cônsul do Brasil na Hungria, Mário Moreira da Silva, destinou-a à Brasília afirmando ter recusado 47 pedidos de visto feitos por judeus que tinham o desejo de se mudar para o Brasil. O governo húngaro era um dos que estavam se alinhando aos ideais nazistas, e começaram as perseguições.

O mesmo afirma que os judeus eram “perniciosos” e que eles não seriam condizentes com a comunidade brasileira. Por consequência, observa-se que o Brasil era sim amigável e hospitaleiro, mas somente caso você fosse europeu, branco e cristão.

Portanto, por conta dessa magnitude do momento histórico trabalhado, a 2ª Guerra Mundial acaba por desaguar em diversos outros assuntos. Um desses temas é o chamado princípio da Igualdade, direito constitucional de extrema importância para as vidas de uma sociedade democrática.

Sobre o Estado, Diniz (2007, p. 35-36) expõe como função que:

[...] o Estado Social, no âmbito constitucional, não só assume como fundamentos seus os direitos da liberdade (=liberdades públicas) e os direitos e deveres econômicos, culturais e sociais, como também ordena instrumentos processuais e medidas de Governo para a respectiva proteção e tutela.

E ainda:

A princípio, existindo situações de desigualdade a superar, a titularidade e tutela de tais direitos fundamentais não poderiam ser atribuídas de modo universal, mas, ao reverso, discriminatório, vem a ser, apenas aos excluídos, buscando-se atingir, quanto ao mínimo vital, uma igualdade efetiva entre todos quantos se encontrem em situação de desigualdade material.

A mesma, então promovida pelo Estado, assegura uma estabilidade social, pois assegura que todos os indivíduos são iguais perante a lei, ou seja, sem estabelecer qualquer tipo de distinção (sexo, condição social, raça, etc.).

Como ponto de partida, temos que a Igualdade é essencial para o funcionamento de maneira harmônica de uma sociedade e de suas instituições. E como afirma Pedra, “encontram-se pautados na dignidade humana, cujo valor constitucional possui um papel normativo central.” (PEDRA, 2018).

Quando tem-se tal direito fundamental, as chances de se ter um povo rebelde, convulsionado, caem de maneira exacerbada, pois os mesmos não serão testemunhas de injustiças sociais, desigualdades, parcialidades, ou qualquer outro tipo de desrespeito ao princípio mencionado.

Como afirma Moreira (2018)

[...] está justamente na perspectiva contemporânea de que eles, ao mesmo tempo em que atuam como “trunfos em face de maiorias eventuais” e, ainda, como freio às eventuais arbitrariedades praticadas pelo próprio Estado, por outro lado esses direitos também reforçam a ideia da necessidade de manutenção desse ente soberano, ou seja, o Estado – ainda que abalado - se mantém fundamentado no discurso de sua importância para a afirmação dos direitos fundamentais.

E a falta desses “trunfos em face de maiorias eventuais” citado foi constatado de maneira bastante robusta pelo partido nazista e seus aliados que reinavam na Europa, no período da 2ª Guerra Mundial.

Ao final da guerra, Por conta de alguns efeitos ainda presentes, e de se tentar criar mecanismos para que não houvessem mais guerras desse calibre, houve a confecção da chamada Declaração Universal dos Direitos Humanos. A “Carta de 48” possui uma série de direitos fundamentados na igualdade, liberdade, dignidade, e proteção física e moral de todos os indivíduos hóspedes no mundo. Portanto, documento que assegura direitos humanos básicos a todos os indivíduos presentes em todos os países. Como expõem o prof. Cançado Trindade

Nunca é demais ressaltar a importância de uma visão integral dos direitos humanos. As tentativas de categorização de direitos, os projetos que tentaram – e ainda tentam – privilegiar certos direitos às expensas dos demais, a indemonstrável fantasia das “gerações de direitos”, têm prestado um desserviço à causa da proteção internacional dos direitos humanos. Indivisíveis são todos os direitos humanos, tomados em conjunto, como indivisível é o próprio ser humano, titular desses direitos. (TRINDADE, 1998, p. 120)

Na mesma linha, Norberto Bobbio afirma que

É fato hoje inquestionável que a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 10 de dezembro de 1948, colocou as premissas para transformar os indivíduos singulares e não apenas os Estados, em sujeitos jurídicos de direito internacional, tendo assim, por conseguinte, iniciado a passagem para uma nova fase do direito internacional, a que torna esse direito não apenas o direito de todas as gentes, mas o direito de todos os indivíduos. Essa nova fase do direito internacional não poderia se chamar, em nome de Kant, de direito cosmopolita. (BOBBIO, 2004, p. 139)

A partir desses pensamentos, é possível observar o tamanho da importância dos direitos fundamentais na vida de cada um dos indivíduos. A violação dos mesmos pode resultar exatamente no que ocorreu com a comunidade judaica no período da guerra. A ideia de que cada um é um sujeito jurídico, detentor de vários direitos, acaba por criar uma proteção internacional, blindando qualquer meio injusto de punição ou perseguição.

Como afirma Luhmann

Até mesmo eventual violação vem a reforçar a importância dos Direitos Humanos. Paradoxalmente eventuais violações dos Direitos Humanos, de certa forma, acentuam a sua importância que é reforçada por expectativas contrafáticas (LUHMANN, 1983, p. 57)

Devido a isso, é importante analisar o art. 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual afirma que "Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países" (Assembleia Geral da ONU. (1948). "Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A). Paris) e, por consequência, o princípio da igualdade trazido anteriormente seria respeitado, caso o artigo trazido fosse respeitado.

Porém, mesmo no pós-guerra, a produção de circulares secretas continuou. Como afirma Carneiro (2001), em 1947, durante o período de criação da ONU, Oswaldo Aranha, ex-ministro das Relações Exteriores na Era Vargas, entregou um relatório, por meio de solicitação do ministro Raul Fernandes, então chanceler do presidente Dutra, e nele avalia alguns dos assuntos que seriam debatidos na primeira reunião da ONU. Em sua parte final, Aranha escreveu seu posicionamento sobre os judeus.

No final do relatório, Oswaldo Aranha apontava que se realmente fosse votada a partilha da Palestina, o Brasil poderia ficar tranquilo pois os judeus teriam, a partir de então, um território próprio específico e o país não precisaria mais se preocupar em receber esses 'cidadãos do mundo'.

Sendo assim, o objetivo desse trabalho foi verificar justamente se essa influência antissemita conseguiu circular sob os pensamentos de figuras políticas brasileiras. Mais especificamente do ex-presidente Getúlio Vargas e após sua saída em 1945. Ou seja, ainda sendo influenciado por políticas internas do período Vargasista.

Por consequência, por meio das informações e documentos trazidos, o presente trabalho conseguiu identificar que o Brasil, tanto no período da 2ª Guerra Mundial, quanto posteriormente a saída de Getúlio Vargas, por consequência dos ideias emitidos pelo partido nazista, violou um dos artigos da “Carta de 48”, mais especificamente o art. 14º, além do princípio da dignidade, princípio de todos.

Portanto, conseguimos observar que as políticas públicas migratórias do Brasil nesse período de Vargas e mesmo alguns anos após sua retirada do governo, não visavam toda a comunidade mundial, ao mesmo tempo que mantinha esforços para passar ao mundo a imagem de ser um Estado solícito. Por fim, afirma-se que a propaganda e os ideias nazistas antissemitas tiveram influência no Brasil no governo de Getúlio Vargas, apresentando práticas antissemitas.

Em outras palavras, não houve respeito ao art. 14 da Declaração de Direitos Humanos e do princípio da Igualdade, por influência do governo Vargas, no que tange o combate ao antissemitismo propagado na época da segunda Guerra Mundial, e posteriormente, no que se trata da época da criação da “Carta de 48”.

CONCLUSÃO

Nesse estudo, trouxemos como uma ideia clara e chamativa, no meio de um povo convulsionado, pode trazer malefícios para terceiros. No período da Segunda Guerra Mundial, os ideais do partido nazista se espalharam de maneira exacerbadamente prejudicial para vários indivíduos, mas principalmente para a comunidade judaica.

O povo judeu não sofreu apenas preconceito, o mesmo foi exilado, machucado e milhões perderam sua vida em prol de um posicionamento descabido, sem base científica e completamente pautado em preconceitos.

A ideia de que os nazistas tinham como objetivo espalhar seus pensamentos ao redor do globo, fez com que esse trabalho ganhasse vida. Era imprescindível explorar o que se falava, com o que realmente aconteceu, para dizer se a história brasileira, mais especificamente pela influência do governo de Getúlio Vargas, estava alinhada com o partido nazista, e poderia se afirmar que o Estado brasileiro repetia um comportamento essencialmente nazista.

Após observarmos como membros do governo a pedido de Vargas se comportavam, tanto no período em que o mesmo estava no poder, e até posteriormente, é possível afirmar que o Brasil concordava e agia assim como o partido nazista de Adolf Hitler. Tivemos como base nesse estudo as circulares secretas, documentos oficiais do governo que ditavam vistos, posicionamentos e qualquer tipo de parecer acerca da comunidade judaica.

Por elas manterem um constância intolerante, discriminatória e de repúdio aos judeus, impossível desvencilhar tal situação brasileira da Alemanha nazista de Hitler. Por conta disso, a ideia de que o Brasil era um país hospedeiro e que abraçava qualquer tipo de ser humano caiu por terra.

Os fatos trazidos não contrariam os documentos e material bibliográfico trazido, visto que por conta do Brasil manter esse posicionamento, acabou por desaguar no desrespeito ao princípio da igualdade, devido ao tratamento dos judeus como uma subespécie, além do desrespeito ao art. 14 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o qual afirma que “Toda a pessoa sujeita a perseguição tem o direito de procurar e de beneficiar de asilo em outros países”, devido as milhares de negativas produzidas por membros do governo para impedir que esse grupo viesse pro Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTISEMITISM Worldwide Report 2021. **The Center for the Study of Contemporary European Jewry. 2022.** Disponível em: <<https://cst.tau.ac.il/wp-content/uploads/2022/04/Antisemitism-Worldwide-2021.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ARENDR, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Assembleia Geral da ONU. (1948). **"Declaração Universal dos Direitos Humanos" (217 [III] A).** Paris.

BOBBIO N., Kant e a Revolução Francesa, op. cit., p. 139. Ver KANT, Immanuel. **Metafísica dos Costumes.** São Paulo: EDIPRO, 2004.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O antissemitismo na era Vargas: fantasmas de uma geração,** São Paulo: Brasiliense, 1988 e 2001.

_____. **Rompendo o silêncio: a historiografia sobre o antissemitismo no Brasil.** Cadernos de História, v. 13, n. ja/ju 2012, p. 79-97, 2012. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/3491/3871>. Acesso em: 25 de março 2023.

COGGIOLA, Osvaldo. **A Segunda Guerra Mundial: Causas, Estrutura, Consequências.** São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015

DINIZ, M. A. de V. (2008). **Estado social e princípio da solidariedade**. Revista De Direitos E Garantias Fundamentais, (3), 31-48. <https://doi.org/10.18759/rdgf.v0i3.51>

EVANS, Richard. **Terceiro Reich na história e na memória: novas perspectivas sobre o nazismo, seu poder político, sua intrincada economia e seus efeitos na Alemanha do pós-guerra; tradução de Renato Marques**. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2018.

FRANK, A. **O diário de Anne Frank**. Edição integral. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.

FREUD, Sigmund. **Considerações atuais sobre a guerra e a morte**. In: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

GOLDHAGEN, Daniel. **Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KERSHAW, Ian. **Hitler**. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

IGLESIAS, Francisco. **Aspectos políticos e econômicos do Estado Novo**. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui Guilherme (Org). Getúlio Vargas e a economia contemporânea. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 65-81.

JESSE, Eckhard. **Die Totalitarismusforschung im Streit der Meinungen**. In: JESSE, Eckhard (Org.). Totalitarismus im 20. Jahrhundert. Eine Bilanz der internationalen Forschung. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung, 1996.

LESSER, Jeffrey H. **O Brasil e a questão judaica: imigração, diplomacia e preconceito**. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LIDDELL, Hart. **As Grandes Guerras da História**. São Paulo : IBRASA, 1963.

LUHMANN, Niklas. **Confianza**. Barcelona/España: Anthropos; México: Universidad Iberoamericana; Santiago de Chile: Instituto de Sociología. Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996.

MOREIRA, Nelson Camatta. **A ambivalência dos direitos fundamentais no Estado democrático de direito.** Revista de Direitos e Garantias Fundamentais, v. 19, n. 2, p. 7-10, 18 dez. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.18759/rdgf.v19i2.1687>>. Acesso em: 25/05/2022.

PEDRA, Anderson. Sant'Anna. **As diversas perspectivas dos direitos fundamentais.** Revista De Direitos E Garantias Fundamentais, v. 18, n. 2, p. 9-12, 2018. Disponível em <<https://doi.org/10.18759/rdgf.v18i2.1227>>. Acesso em: 25/05/2022.

TAYLOR, A. J. P. **A Segunda Guerra Mundial:** Como as guerras começam. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

TRINDADE, Augusto A. Cançado. **A proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil.** Brasília, Editora Universidade de Brasília 1998.